RICARDO PEREIRA

DENÚNCIA. FUNCIONÁRIO APRESENTA QUEIXA AO DIAP

"GOLPADAS" EM FUNDOS EUROPEUS

Paulo Gonçalves acusa o Ministério da Agricultura de encobrir um caso em que denunciou a falsificação e o favorecimento de candidaturas a subsídios. Por **Vítor Matos**

Assunção Cristas com Jean-Claude Junker, presidente da Comissão Europeia. Paulo Gonçalves tem dúvidas de que a ministra dê cobertura a más práticas, mas crê que alguém próximo na hierarquia o faça

Num *email* com data de 16 de Abril de 2014, Paulo Gonçalves denunciou às chefias, que geriam o Proder – fundos europeus para o desenvolvimento rural – que um dos seus relatórios tinha sido alterado pela superior hierárquica: "[Foram feitas] alterações aos relatórios de controlo de qualidade sem passar cavaco aos técnicos que os elaboraram", mantendo "o nome do técnico que elaborou o relatório", escreveu na mensagem a que a **SÁBADO** teve acesso. Antes de entrar em conflito aberto com a hierarquia, este funcionário do Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo do Proder, do Ministério da Agricultura, já teria dito à responsável em causa que não queria ver o seu nome "envolvido em golpadas na atribuição de fundos públicos".

NO TOTAL, ESTÃO ENVOLVIDOS 235,6 MIL EUROS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

Era o início de um processo que culminaria com a não renovação do seu contrato, a 22 de Outubro de 2014. Hoje desempregado, Paulo Gonçalves apresentou queixas no Ministério Público [DIAP] e no Tribunal de Contas Europeu contra os superiores hierárquicos. Acusa-os de falsificação de documentos e de favorecimentos de entidades em processos de atribuição de subsídios públicos europeus.

Os casos que denunciou directamente superam os 200 mil euros. Mais: diz que a Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura está a encobrir estes dirigentes por não cumprir o Plano de Prevenção de Riscos de

Corrupção e Infracções Conexas. Há um inquérito interno no Ministério.

O processo teve origem num relatório que Paulo Gonçalves enviou à sua chefe, Sílvia Diogo, a chumbar um projecto de 92,8 mil euros da Naturdelta, do Grupo Nabeiro, para financiar a compra de caravanas para funcionarem como alojamento num parque. O técnico, que tinha a função de verificar a conformidade das candidaturas aos fundos, considerou que as caravanas não estavam abrangidas pelas normas, o que inviabilizava o projecto. Segundo Paulo Gonçalves, a chefe alterou o relatório de avaliação: "Inventou uma nova operação", escreveu no referido *email* que enviou às chefias.

O ex-funcionário acusa Sílvia Diogo de ter apagado partes do relatório original e de ter dado instruções para a Naturdelta alterar o tipo de investimento para um parque de campismo, "*off-the-record* e fora do período de apresentação de candidaturas para o investimento passar a ter enquadramento na legislação".

Irregularidades detectadas

Paulo Gonçalves denuncia ter detectado irregularidades em processos de validação de projectos não só da Naturdelta, mas também da Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide, no valor de 104,8 mil euros, e da Câmara Municipal de Condeixa, no valor de 37,9 mil euros. No total, contando com a aprovação do projecto do grupo Nabeiro, estão envolvidos 235,6 mil euros de financiamento comunitário.

Nas suas queixas, diz que, se não houve "corrupção passiva para acto ilícito", houve "favorecimento dos candidatos". A par destes projectos, lança dúvidas sobre outra dezena de candidaturas: nunca obteve resposta da sua chefe em relação a 10 pedidos de subsídios por ele chumbados. Alega não saber se foi ou não realizado um novo relatório depois dos que elaborou. "Não sei se houve um novo tipo de falsificação, mais elaborada do que as outras." Segundo a queixa enviada para o Departamento de Investigação e Acção Penal, Paulo Gonçalves soube através do sistema de informação do Institu-

Este ex-funcionário do Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo do Proder desde 2008 diz que há uma rede no Ministério da Agricultura na atribuição de subsídios

PAULO GONÇALVES

"Pode ser uma rede pior que a dos vistos gold*"*

Quando enviava observações ou apresentava reservas aos projectos, eram atendidas?

Até início de 2014 ou finais de 2013 nunca tive relatórios alterados. Nunca houve discordâncias superiores em relação às minhas observações. Podia até haver erros meus de interpretação, mas nem isso houve.

Acusa a sua chefe de alterar e falsificar os seus relatórios e diz que houve encobrimento por parte dos superiores hierárquicos. O que aconteceu?

Eu enviava relatórios em Word, que a minha superior validava da seguinte forma: transformava-os em PDF [documentos que já não podem ser alterados] e remetia-os para a associação que funcionava como balcão onde eram elaboradas as propostas de candidatura. Estranhamente, alguns projectos, penso que a pedido de superiores hierárquicos e dos dirigentes máximos da gestão do Proder, começaram a ser alterados para favorecer entidades específicas. Tratava-se da Naturdelta, do grupo Delta, portanto, era um promotor diferente dos outros. Outro caso era o de uma câmara municipal, e tinha havido um telefonema do vereador, para haver uma reunião com o secretariado. Essa reunião existiu, pois recebi *emails* a dizer que íamos ter novos documentos para alterarmos o relatório inicial.

Os candidatos aos fundos não podem alterar as propostas?

Podem e devem, apresentando documentos, quando são solicitados esclarecimentos. O que não podem fazer é alterar uma candidatura. A Naturdelta queria fazer um alojamento num parque de campismo, com autocaravanas fixas, que o técnico não considerou elegível. Se a única fonte de receita era o aluguer das caravanas, o projecto caía. Mas como era do grupo Delta, disseram ao promotor, conforme consta na minha denúncia, para se alterar a tipologia do projecto.

E isso não se pode fazer?

Não. Foi apresentado um formulário e não podemos alterá-lo. Podemos é pedir mais documentos para suportar o que lá está.

A responsabilidade foi da sua chefe directa?

Sim, da minha chefe directa, Sílvia Diogo, que agora foi renomeada para as mesmas funções no PDR 2020. Mas isso só foi possível porque tinha cobertura da gestora do Proder, Gabriela Ventura, de quem hoje se fala como possível ministra da Agricultura do PS.

A ministra Assunção Cristas dá cobertura a este tipo de práticas?

Tenho algumas dúvidas. Mas alguém próximo dela, na hierarquia, dá cobertura. A ideia que tenho é a seguinte: um ministro sozinho não pode fazer as coisas, ou um secretário de Estado. Tenho porém a certeza que, no Ministério da Agricultura, na Secretaria de Estado, está alguém a dar cobertura a isto. Mas se é o secretário de Estado ou mais abaixo não sei.

Acha que há corrupção nos fundos europeus?

"Para mim, os acontecimentos demonstram que há uma rede que domina o Ministério da Agricultura"

RAQUEL WISE

Poderá haver corrupção, porque do favorecimento não tenho dúvidas. Corrupção obriga a uma contrapartida, normalmente financeira. Pode haver corrupção em que a contrapartida são lugares mais altos.

Pode haver uma espécie de vistos *gold* nos fundos europeus?

Sim. Mas não tanto no caso dos que eu supervisionava, que são os projectos pequenos do subprograma 3, abaixo dos 300 mil euros. Há outros casos onde são favorecidos grandes interesses na área agrícola. Nesse caso pode haver uma rede pior que a dos vistos *gold*, por ser mais antiga e organizada. Não é apenas uma questão de oportunidade. Sei de um caso de um Projecto de Impacto Relevante (PIR) – os grandes projectos do Proder – que vale milhões. Foi detectado que um dos fornecedores do projecto era uma empresa detida pelo grupo do promotor da candidatura. As portarias dizem que se os fornecedores forem relacionados com os promotores, essas despesas não são elegíveis. Pediu-se então um dossiê de preços, para o candidato provar que os preços dos materiais fornecidos pela empresa por ele detida eram os valores de mercado. Eles não deram esse dossiê para se provar que não havia sobrefacturação, mas enviaram um relatório da PricewaterhouseCoopers a dizer que a proposta estava conforme os preços de mercado. Mas nunca entregaram os preços de mercado.

Esse projecto foi aprovado?

Sim. Dizia respeito ao Grupo Sousacamp [empresa que produz cogumelos] e foi detectado na fase de execução. Entretanto, saiu um comunicado interno a interpretar a lei, do Departamento de Auditoria e Controlo do IFAP, a dizer que a lei só se aplica a pessoas e não a empresas. Assim a coisa passou: o fornecedor podia ser uma empresa dominada pelo candidato. Foi um caso falado internamente. Passou por mim a resposta ao IFAP. Foi assim que tive conhecimento. Nestes casos, são coisas semelhantes aos vistos *gold*.

Pode haver uma rede no ministério?

Para mim, os acontecimentos demonstram que há uma rede, um grupo que domina o Ministério da Agricultura. Há um conjunto de grupos económicos que são sempre apoiados e nunca há dúvidas.

"Poderá haver corrupção, porque do favorecimento não tenho dúvidas. (...) Há casos onde são favorecidos grandes interesses na área agrícola"

Há pressão para haver muita execução do Proder?

Existe essa pressão de não sermos muito exigentes. É para ajudar os projectos a irem para a frente. Não estamos lá para os chumbar. Não discordo disso. O processo pode estar mal instruído, pode faltar um documento e concordo que ajudemos. Onde podemos fazer alguma comparação com os vistos *gold* é no sentido de se fazerem as coisas andar para a frente sem se cumprirem as regras.

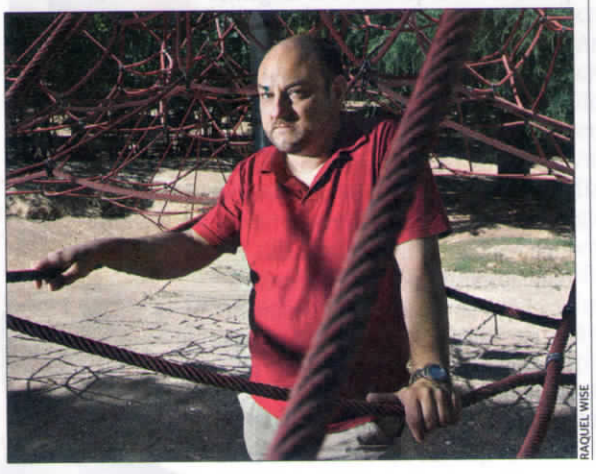
Crê que foi despedido porque fez as denúncias?

Claramente. Fui o único que fez a denúncia. E fui o único a quem foi invocada a caducidade do contrato.

Os colegas ao seu nível pactuam com isto?

Uns se calhar pactuam, mas não quero falar muito nisso. Um colega disse-me: tenho dois filhos. Mas eu sou solteiro. Isto está criado de tal maneira que obrigam uma pessoa a pactuar. O nosso superior quer assim, e nós fazemos-lhe a vontade. Estas coisas podem ser executadas pelas pessoas de baixo, mas há sempre alguém acima. Se fosse uma espécie de vistos *gold*, é um funcionário que emite o visto, mas alguém de cima diz para ele fechar os olhos ou fazer as coisas de determinada maneira. A corrupção é de quem acima mandou. O de baixo apenas quer manter o seu posto de trabalho e o seu ganha-pão.

"Fui o único que fez as denúncias. E fui o único a quem foi invocada a caducidade do contrato"



RAQUEL WISE

Segundo a denúncia, o grupo Delta, da família Nabeiro, terá sido favorecido na atribuição de um subsídio

NUNO VEIGA

to de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) que os projectos "cujo relatório preconizava a não contratação, apareciam agora nas listagens para contratação do IFAP".

Apesar de o seu contrato de trabalho não ter sido renovado, Paulo Gonçalves continuou a apresentar-se ao serviço, onde deveria manter-se até ao fim de Outubro. No entanto, a gestora do Proder ter-lhe-á dito pessoalmente para não se apresentar no dia 27 de Outubro. Segundo o próprio, era o dia em que se iniciava a auditoria do Tribunal de Contas Europeu ao sistema de gestão do Proder, visitas que ele costumava acompanhar. Foi substituído por uma estagiária. Paulo Gonçalves contestou a invocação da caducidade do seu contrato, com o argumento de que as condições para o poderem mandar embora só foram estabelecidas posteriormente a ser comunicado que estava despedido. O despacho que estabeleceu essas condições é de 31 de Outubro e a caducidade do contrato de trabalho foi comunicada uma semana antes.

Só quase um ano após as denúncias internas e cinco meses depois de existir um conflito laboral, em Fevereiro de 2015, é que a ministra da Agricultura, Assunção Cristas, instaurou um inquérito e nomeou Anabela Adónis, da Inspecção-Geral do Ministério, instrutora do processo. A SÁBADO enviou várias perguntas sobre este caso ao gabinete da ministra da Agricultura, mas até ao fecho da edição não obteve respostas.